



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

1
B
fuc

120/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA NA ZONA NASCENTE DE QUARTEIRA ENTRE A AV. DE CEUTA E A AV. FRANCISCO SÁ CARNEIRO - CONCELHO DE LOULÉ PELO VALOR GLOBAL DE 103.665,00€, AO QUAL ACRESCE O IVA À TAXA LEGAL.

Aos dezassete dias do mês de Abril do ano 2017, em Loulé, no Edifício dos Paços do Concelho, perante mim, Maria Ricardo Correia Pinto Guerreiro, oficial público dos contratos, da Câmara Municipal de Loulé, conforme despacho emitido pelo Senhor Presidente da Câmara no dia vinte e um de Outubro de dois mil e treze, é celebrado o presente contrato.-----

Entre o **MUNICÍPIO DE LOULÉ**, pessoa coletiva número 502098139, com sede na Praça da República, em Loulé, representado por **VÍTOR MANUEL GONÇALVES ALEIXO**, na qualidade de seu Presidente, com poderes para o ato, nos termos legais e a firma **FERROVIAL SERVIÇOS, S.A.**, com sede em Av.^a Almirante Gago Coutinho, 144, em Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial com o número único de matrícula e pessoa coletiva 503307483 com o capital social de 6.400.000,00€ representada por **TIAGO BEGONHA DA SILVA BORGES**, portador do cartão de cidadão número 10995224 3ZY9, emitido pela República Portuguesa e válido até 27 de Fevereiro de 2019, contribuinte número 160861748, o qual outorga na qualidade de Administrador Delegado, com poderes delegados, conforme consta da certidão e permanente e acta n.º 52, é celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:-----

PRIMEIRA: Por despacho do Sr. Vice-Presidente de **31 de Março de 2017**, e na sequência do concurso público, cujo anúncio foi publicado no Diário da República número 44, II Série de 2 de março de 2017, foi adjudicado à firma **FERROVIAL SERVIÇOS, S.A.**, a prestação de: "SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA NA ZONA NASCENTE DE QUARTEIRA ENTRE A AV. DE CEUTA E A AV. FRANCISCO SÁ CARNEIRO - CONCELHO DE LOULÉ" pelo valor global de 103.665,00€ (cento e três mil seiscentos e sessenta e cinco euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme caderno de encargos e proposta do adjudicatário, e demais elementos



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

patentes no concurso que se consideram integrados no presente contrato, tendo o encargo cabimento na rubrica orçamental **02/02.02.02**;-----

A despesa referente a este contrato tem o compromisso orçamental n.º **5169** e LCPA n.º **6707**, no âmbito do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, conjugado com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06;-----

SEGUNDA: O objeto do presente contrato consiste na prestação de limpeza urbana na zona nascente de Quarteira entre a Av. de Ceuta e a Av. Francisco Sá Carneiro, conforme se descreve pormenorizadamente na parte II - cláusulas técnicas do caderno de encargos e na proposta do prestador de serviços que se dá por inteiramente reproduzida; -----

TERCEIRA: O contrato inicia-se na data da sua assinatura e caducará automaticamente no dia 31 de dezembro de 2017;-----

QUARTA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável no presente contrato decorrem ainda para o prestador de serviços as obrigações previstas no artigo quarto da parte I - cláusulas gerais do caderno de encargos;-----

QUINTA: O prestador de serviço garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a actividade da entidade adjudicante;-----

SEXTA: Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, a Edilidade pode exigir o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:-----

- Quando ocorram atrasos relativamente ao planeamento dos serviços e estes não sejam comunicados de acordo com o prazo definido no ponto 1.20 do artigo 4.º, da parte I do caderno de encargos, será aplicada uma pena pecuniária calculada sobre o tempo de atraso relativamente ao previsto no plano de trabalhos, que corresponderá a 2% (dois por cento) do valor correspondente ao total do serviço a faturar por cada dia de atraso. -----
- Nos trabalhos que sejam fruto da incúria ou deficiente prestação de serviços, será aplicada uma pena pecuniária que corresponde a 5% do valor mensal



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

3

adjudicado, de acordo com os preços unitários apresentados pelo prestador de serviço;-----

- Quando se verifique nas acções de fiscalização da execução do contrato que os meios afectos a um determinado serviço não são os que constam do contrato será aplicada uma pena pecuniária que corresponderá a 10% (dez por cento) do valor mensal da tarefa. -----
- Sempre que se verifique o não cumprimento do disposto no ponto 4 da parte II do caderno de encargos (requisitos a que ficam obrigados os fornecedores da DLHP), poderá ser aplicada uma pena pecuniária que corresponderá a 10% (dez por cento) do valor mensal da prestação de serviços;-----
- Sempre que se verifique o não cumprimento dos prazos para entrega de relatórios ou documentos/respostas a solicitações da Edilidade, poderá ser aplicada uma pena pecuniária que corresponderá a 1% do valor mensal da prestação de serviços;-----

Em caso de incumprimento contratual de qualquer uma das situações acima descritas, de forma recorrente (consecutivamente ou interpolada) a Edilidade reserva-se no direito de proceder à rescisão imediata do contrato, sem direito ao pagamento de qualquer indemnização ou custos que daí possam advir, prescindindo do pagamento de qualquer pena pecuniária por parte do prestador de serviços.-----

O valor das penalidades pecuniárias a aplicar é creditada a favor da Autarquia ou deduzida na factura do mês seguinte;-----

SÉTIMA: Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar;-----

Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos acima referidos, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens,



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8100

4

greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas;-----

Não constituem motivos de força maior os previstos no ponto 3 do artigo 12 da parte I – cláusulas gerais do caderno de encargos;-----

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior;----

OITAVA: As quantias devidas serão pagas no prazo de 60 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respectiva;-----

O prestador de serviços apresentará mensalmente a fatura relativa aos serviços prestados no mês em causa, de acordo com os preços unitários apresentados, devidamente acompanhada do relatório mensal de execução de serviços;-----

O pagamento de serviços efectuados apenas será processado, após a aprovação do relatório mensal de execução de serviços, pela Divisão de Limpeza e Higiene Pública, uma vez que se considera o serviço como executado, apenas, após o cumprimento desta formalidade.-----

Em caso de discordância por parte da Edilidade quanto aos valores indicados nas facturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura corrigida;-----

NONA: Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Edilidade pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:-----

- a) Quando se verificar que o objeto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo prestador de serviços.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

5
F. ac

b) Sempre que os trabalhos previstos não forem efetuados de acordo com a programação de execução dos serviços prevista, ou sempre que hajam outros desvios ao definido no caderno de encargos, o prestador de serviços fica obrigado a informar por escrito, no prazo de 24 horas a contar da data em que tome conhecimento do facto, a Divisão de Limpeza e Higiene Pública sob pena de ser responsabilizado por incumprimento contratual.-----

c) Nos termos da alínea f) do artigo 11º da parte I - cláusulas gerais do caderno de encargos;-----

O direito de resolução referido exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Edilidade.-----

DÉCIMA: Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;-----

No caso acima referido o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Edilidade que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo. A resolução do contrato nos termos referidos não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.-----

DÉCIMA PRIMEIRA: O prestador de serviços será responsável por todos e quaisquer danos e prejuízos, causados à Edilidade e a terceiros, que resultem das actividades exercidas no âmbito da prestação de serviços.-----

O prestador de serviços obriga-se a dispor de apólices de seguro válidas, contra acidentes de trabalho, relativamente a todo o pessoal que presta serviço e a terceiros, responsabilidade civil, contra danos provocados à Edilidade ou a terceiros;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8100

DÉCIMA SEGUNDA: A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos;-----

DÉCIMA TERCEIRA: A prestação de serviços terá lugar de acordo com o definido na parte II do presente caderno de encargos e no planeamento de serviços apresentado na proposta do concorrente, desde que aprovado pela Divisão de Limpeza e Higiene Pública (DLHP);-----

DÉCIMA QUARTA: É obrigação da Câmara Municipal de Loulé assumir os encargos inerentes à deposição de resíduos resultantes da execução da prestação de serviços. - A Câmara Municipal de Loulé sempre que ocorram factores imponderáveis e supervenientes, reserva-se no direito de modificar os horários, após concordância de ambas as partes;-----

DÉCIMA QUINTA: O controlo e a fiscalização dos serviços prestados são os descritos no artigo sexto da parte I – cláusulas gerais do caderno de encargos que aqui se dá como reproduzido para todos os efeitos legais;-----

DÉCIMA SEXTA: A Divisão de Limpeza e Higiene Pública, tem implementado e certificado um Sistema de Gestão Integrado (SGI), cujo âmbito se aplica a todos os seus fornecedores e seus subcontratados, pelo que estes ficam obrigados a cumprir os seus requisitos, de acordo com o previsto no ponto 4 da parte II - cláusulas técnicas do caderno de encargos;-----

DÉCIMA SÉTIMA: Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado o foro dos Tribunais com competência territorial no concelho de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro;-----

DÉCIMA OITAVA: O prestador de serviços fica obrigado a cumprir todos os requisitos da prestação de serviços constantes na parte II – cláusulas técnicas do caderno de encargos que aqui se dá como reproduzido para todos os efeitos legais;-----

DÉCIMA NONA: Que, nos casos omissos ao presente contrato, ou aos documentos a ele anexos, aplicar-se-ão as normas legais em vigor e supletivamente o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e restante legislação aplicável.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

Que este contrato foi precedido de minuta, aprovada por despacho do Sr. Vice-Presidente de câmara de 31 de Março de 2017, e aceite pela representada do segundo outorgante.-----

Do presente contrato fazem parte:-----

- Programa de Procedimento;-----
- Caderno de Encargos;-----
- Proposta do adjudicatário;-----
- Deliberações de Câmara e Informações técnicas;-----

E, que ambos os outorgantes aceitem este contrato nos precisos termos exarados, de que tomaram integral conhecimento, assim como dos documentos anexos, que depois de lido vai ser assinado por todos os intervenientes. -----

PRIMEIRO OUTORGANTE,

O SEGUNDO OUTORGANTE,

O OFICIAL PÚBLICO DOS CONTRATOS,

